

ORGANISMOS INTERNACIONAIS PARA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Meireluce da Silva Ferreira
Coordenação de Assuntos Multilaterais
Raimundo Nonato Fialho Mussi
Secretaria Especial de Assuntos Internacionais
Ministério da Ciência e Tecnologia
70070 Brasília, DF.

RESUMO

O conceito de organismos internacionais é de origem antiga. Os programas desses organismos eram

caracterizados por um conjunto de atividades de assistência técnica, principalmente o recebimento de peritos estrangeiros, doação de equipamentos e treinamento de brasileiros no exterior. O desenvolvimento científico-tecnológico dos países fez com que procurassem maior independência. Para efeito deste artigo, os organismos internacionais foram classificados em quatro segmentos: a) os de cooperação, b) os de financiamento, c) os normativos, e d) os foros nitidamente políticos. Comenta-se também o papel dos organismos não-governamentais e regionais. Salienta-se que as alterações nos organismos internacionais são bastante lentas e suas ações são decorrentes de um equilíbrio dos mais diversos interesses, não raramente contraditórios. As principais tendências desses organismos são resumidas e apresenta-se uma relação dos principais organismos que tratam de Ciência e Tecnologia.

1 - BREVE HISTÓRICO

O conceito de organismos internacionais originou-se no século passado; entretanto, somente tomou vulto após a II Guerra Mundial. Naquela ocasião, as "grandes potências", notoriamente os Estados Unidos, começaram a canalizar recursos de assistência através de programas daqueles organismos.

O setor de Ciência e Tecnologia foi incluído em alguns desses programas, mas essas atividades concentravam-se quase que exclusivamente em ciências.

Entre as primeiras ações no setor de Ciência e Tecnologia merecem especial destaque as desenvolvidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU), pela Unesco e, posteriormente, a nível regional, pela Comissão Interamericana de Energia Nuclear (CIEN) e pelo Programa Regional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PRDCT), ambos no âmbito da OEA.

Os programas dos organismos multilaterais se caracterizavam por um conjunto de atividades de assistência técnica, cujo principal componente era o recebimento de peritos estrangeiros, complementado pela doação de equipamentos e

treinamento de nacionais no exterior. Em alguns casos, até a administração local das atividades era feita por funcionários desses organismos.

Sem dúvida, tais mecanismos eram bastante cômodos para as entidades beneficiadas pelos projetos, pois não lhes exigiam quaisquer dispêndios de recursos. A contrapartida era apenas um formalismo que tão-somente refletia os custos normais de funcionamento dessas entidades.

O próprio desenvolvimento científico-tecnológico desses países fez com que procurassem maior independência frente àqueles organismos. Tal atitude teve como reflexo um resfriamento da atuação dos países industrializados, que iniciaram uma redução lenta, mas *contínua*, de suas contribuições à maioria dos organismos internacionais.

A crise econômica mundial agravou o quadro fazendo com que essas contribuições fossem ainda mais reduzidas.

2 - QUADRO ATUAL

De modo geral, os organismos internacionais não têm tido disponibilidades financeiras para operar seus programas adequadamente. Por outro lado, seu número se multiplicou sem que os

recursos disponíveis tivessem crescido em igual proporção. Esses organismos vêm passo a passo procurando adaptar seus programas a essa situação.

A fim de facilitar sua análise, os organismos internacionais, para efeito do presente trabalho, foram classificados em quatro segmentos:

- 1) os *de cooperação*, tais como a Unesco, a OEA (em sua parte programática);
- 2) os *de financiamento*, tais como o BIRD e BID;
- 3) os *normativos*, tais como GATT e OMPI; e
- 4) os *foros nitidamente políticos* como as Assembléias das Nações Unidas e da OEA.

2.1 - ORGANISMOS DE COOPERAÇÃO

Todos os organismos desse segmento de alguma forma interagem com o setor de Ciência e Tecnologia. Entretanto, esses organismos muitas vezes induzem à criação de projetos que não raro se sobrepõem e para os quais há pouca disponibilidade de recursos.

Assim, a ação dos países tem sido em direção a uma harmonização de suas atividades, de modo a racionalizar o uso dos recursos à disposição desses organismos.

2.2 - ORGANISMOS DE FINANCIAMENTO

A atuação dos organismos financeiros internacionais no setor de C & T é bem recente.

Somente há poucos anos foram implementados alguns programas, especialmente dirigidos ao setor de C & T.

No Brasil, por falta de referência anterior, alguns desses programas, notadamente o PADCT (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico), foram propostos segundo padrões dos programas dos organismos de cooperação.

A tentativa de compatibilizar esses padrões com as normas dos organismos financeiros, basicamente elaborados para programas cuja execução dependeria quase que exclusivamente de um conjunto de contratos, gerou problemas, que ainda estão em fase de equacionamento.

Entretanto, os organismos internacionais de financiamento têm consciência de que o investimento no setor científico-tecnológico é vital para o processo de desenvolvimento, mas os países

industrializados vêm criando barreiras em sua atuação nesse campo.

2.3 - ORGANISMOS INTERNACIONAIS NORMATIVOS

Recentemente aumentou a importância dos organismos internacionais normativos no que se refere à Ciência e Tecnologia.

A atuação desses organismos passou a ter mais relevância quando começaram a tratar dos aspectos comerciais do relacionamento internacional.

Inicialmente, essa ação se concentrava em regular a exportação de produtos de base dos países em desenvolvimento para os países industrializados, e a de manufaturados, no sentido inverso.

Passo a passo, alguns países em desenvolvimento foram também se tornando exportadores de manufaturados, mas ainda de reduzido agregado tecnológico.

Mais recentemente, o aspecto tecnológico passou a ser um dos mais polêmicos em alguns organismos normativos, tais como o Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT) e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO).

Este quadro se tornou mais complexo quando os serviços começaram a ter peso igual aos dos bens tangíveis no comércio internacional. Paralelamente, a propriedade intelectual, que se concentrava na literatura, nas artes e no acordo de patentes, passou a ser elemento da mais alta importância e até mesmo foco de controvérsias, pois as regras vigentes não cobriam as nuances de sua aplicação às novas tecnologias. Assim, as entidades de C & T dos países passaram a acompanhar passo a passo as ações desses organismos, a fim de que uma resolução dos mesmos não venha dificultar o processo interno de desenvolvimento científico e tecnológico.

2.4 - FOROS POLÍTICOS

De modo geral, os temas de C&T não são levados aos foros políticos, ou quando são, restringem-se à aprovação de propostas emanadas de *foros específicos*. Entretanto, alguns temas de C & T despontam nos foros políticos, principalmente aqueles diretamente relacionados ao comércio internacional.

Tal quadro vem conduzindo a que especialistas em Ciência e Tecnologia necessitem conhecer o cenário econômico e político das negociações

internacionais, bem como a que negociadores políticos devam ter um conhecimento básico dos aspectos científico-tecnológicos envolvidos.

2.5 - ORGANISMOS NÃO-GOVERNAMENTAIS

Os denominados organismos "não-governamentais", que formam um grupo à parte, também merecem referência. Alguns são diretamente relacionados ao setor de C & T, tais como o Conselho Internacional de Uniões Científicas (ICSU) e a Federação Internacional de Documentação (FID), que foram criados como foros internacionais de associações nacionais de classe.

Poucos organismos não-governamentais têm atualmente condições de sobreviver com as contribuições que recebem de seus associados e dependem de aportes governamentais, diretos ou indiretos, por intermédio de organismos internacionais.

As dificuldades orçamentárias que perpassam os organismos governamentais se refletiram de tal modo nos organismos não-governamentais, que alguns deles estão perto de uma insolvência financeira.

Assim, cada vez mais aumenta a interferência governamental nesses órgãos aproximando seu comportamento cada vez mais dos órgãos governamentais.

Um aspecto que deve ser ressaltado é que alguns dos órgãos não-governamentais conseguem obter colaboração não remunerada de técnicos e cientistas de alto gabarito, o que lhes dá a possibilidade de, em casos de estudos e análises, ter uma produção de grande valor.

3-TENDÊNCIAS

Aspectos gerais

As alterações nos organismos internacionais são bastante lentas. Suas ações são decorrentes de um equilíbrio dos mais diversos interesses, não raras vezes contraditórios.

Entretanto, algumas tendências podem ser notadas em decorrência da situação financeira desses organismos, do quadro político e mesmo do grau de desenvolvimento alcançado por um número maior de países.

A primeira tendência é no sentido de que a atitude dos países industrializados é de não mais

arcarem, praticamente sozinhos, com os custos dos organismos internacionais.

Esses países solicitarão que sejam alteradas as formas de contribuição aos organismos internacionais, reduzirão suas contribuições voluntárias e até mesmo se retirarão de alguns organismos, cujas ações não sejam coincidentes com seus interesses.

Mais especificamente, podem ser notadas as seguintes tendências nos organismos internacionais, segundo os segmentos anteriormente mencionados:

Nos organismos políticos

- O comportamento binário (Leste/Oeste) que já vem se diluindo cederá lugar aos interesses econômicos específicos (industrializados/emergentes/menos desenvolvidos).
- A componente científica, e principalmente tecnológica, estará cada vez mais presente por seu crescente relacionamento com o setor sócio-econômico.

Nos organismos de cooperação

- Os programas de assistência tenderão a se concentrar quase que exclusivamente no grupo de países de menor desenvolvimento.
- Os programas de cooperação com os demais países se direcionarão a atividades de intercâmbio e ao patrocínio de eventos técnico-científicos internacionais.
- Esses organismos se consolidarão como foros privilegiados para a discussão de temas científico-tecnológicos, principalmente os relacionados a aspectos sócio-econômicos.
- Os países passarão a exigir maior eficiência no uso dos recursos desses organismos, uma simplificação em sua metodologia operacional e uma harmonização, não só entre si, mas também em relação aos esforços bilaterais.
- Será praticamente impossível a criação de novos organismos de cooperação, mas os existentes devem ser mantidos, sendo provável a fusão de alguns.
- Alguns fundos fiduciários serão criados dentro desses organismos, mas basicamente dirigidos aos países de menor desenvolvimento, ou aos interesses específicos dos países contribuintes.

Nos organismos de financiamento

- A participação nos organismos de financiamento no setor tecnológico deverá se acentuar. Porém, haverá uma forte pressão contrária dos países desenvolvidos, mas pela ação dos demais países essa tendência poderá prevalecer.
- Em razão dessa tendência, os países terão de rever os «mecanismos de fomento tecnológico, de modo a melhor se adaptarem às condições de financiamento internacional.
- Exceto casos esporádicos, como o do Japão, recentemente, os organismos financeiros não aumentarão seu nível global de operação, em termos reais.

Nos organismos normativos

- Será crescente o número de temas diretamente relacionados a tecnologias que serão discutidos nesses organismos.
- Muitos desses organismos sofrerão alterações substanciais em suas estruturas, sendo mesmo possível o desdobramento de alguns ou a criação de novos,

4 - A POSIÇÃO BRASILEIRA

De modo geral, o posicionamento que o governo brasileiro vem mantendo frente aos organismos internacionais coincide com as tendências mencionadas.

Certamente, seria desejável que alguns programas de assistência pudessem ser dirigidos ao Brasil, face à carência de recursos existentes para o setor de Ciência e Tecnologia. Entretanto, a fim de se tornarem significativos para o contexto nacional, esses programas teriam que ser de tal ordem, que provavelmente excederiam a qualquer estimativa, por mais otimista que fosse.

5 - ORGANISMOS REGIONAIS AMERICANOS

Esses organismos regionais merecem especial destaque.

Um denominador comum entre esses organismos é a retracção do seu maior contribuinte, os EUA. Por essa razão e pela mudança do próprio cenário americano, certamente deverão ser alvo de avaliações e, muito provavelmente, de alterações substanciais.

Várias entidades latino-americanas foram criadas visando aspectos muito específicos, que no momento de sua criação eram de grande

importância, mas enfrentam grandes dificuldades para sobreviver.

Uma primeira tentativa de equacionamento desse problema pode vir a ser dado pelo Grupo dos Oito (Argentina, Brasil, Colômbia, México, Peru, Panamá, Uruguai e Venezuela), cujos presidentes se reuniram em dezembro passado. No referido Grupo está tomando corpo a tese de que as ações multilaterais latino-americanas devem ser direcionadas a um compartilhamento dos recursos de toda natureza existentes nos países, inclusive os administrativos.

Na referida reunião foram debatidos vários temas de caráter político e econômico, e entre os principais desafios identificados pelos presidentes destaca-se o "Desenvolvimento Autônomo e Acelerado da Ciência e da Tecnologia".

Nesse sentido, foi acordado: "Impulsionar um programa de associação e cooperação em Ciência e Tecnologia, que some as capacidades nacionais públicas e privadas, com vistas à disposição autônoma de tecnologias em áreas prioritárias, em particular as de tecnologias avançadas".

Esse reforço cooperativo compreenderá ações conjuntas que, dentre outras, darão ênfase à "importância da formação de recursos humanos; da articulação de redes nacionais de informação científica e tecnológica; da utilização plena e coordenada dos programas dos organismos internacionais; e da formulação de projetos conjuntos de cooperação".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ¹ BRASIL Ministério da Ciência e Tecnologia. Coordenadoria de Assuntos Multilaterais. *Relatório anual de atividades*. Brasília, 1 987.
- ² COMPROMISSO DE ACAPULCO PARA A PAZ, O DESENVOLVIMENTO E A DEMOCRACIA. México, 1987, Datilografado.
- ³ ICSU year book. Paris, ICSU Press, 1987.
- ⁴ UNESCO. *Qué significa la S?* Paris, Unesco, 1975, 73p.

INTERNATIONAL ORGANIZATIONS FOR SCIENCE AND TECHNOLOGY

ABSTRACT

The concept of International Organizations has a long past. The programmes of these Organizations

were characterized by a set of activities of technical assistance, mainly the receiving of foreign experts, donation of equipments and training of nationals abroad. These programmes were held according to exclusive patterns of International Organizations, but the development of science and technology of the countries gave them conditions to act with greater independence. In the context of this article, the International Organizations were classified in four segments: a) assistance, b) financing, c) regulatory and d) political forum. It is emphasized the role of non-governmental and regional Organizations. It is stressed that alterations in International Organizations are really slow and their actions are originated from an equilibrium of the more diverse interests, not barely contradictory. A summary of the main trends of these organizations is presented, as well as a list of the main organizations which deal with science and technology.

ANEXO

RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS ORGANISMOS QUE TRATAM DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

Os principais organismos internacionais dos quais o Brasil faz parte e de interesse para o setor de Ciência e Tecnologia são:

Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas.

- ECOSOC — Conselho Sócio-Econômico das Nações Unidas.
- UNCSTD — Conferência das Nações Unidas para a Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento.
- ACSTD — Comitê Assessor para a Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento.
- UNEP — Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
- PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
- PGI - Programa Geral de Informação,
- PM — Programa Intergovernamental de Informática.
- COI - Comissão Oceanográfica Intergovernamental.
- GIFT — Centro Internacional de Física Teórica.
- UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial.
- OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde.
- OMS - Organização Mundial da Saúde.
- FAO - Organização para a Agricultura e Alimentação.
- SELA - Sistema Econômico Latino-Americano.
- CACIEL - Cooperação e Concentração Latino-Americana de Ciência e Tecnologia.
- COLCYT - Comissão Latino-Americana de Ciência e Tecnologia.
- OEA - Organização dos Estados Americanos.
- CIECC - Conselho Interamericano para a Educação, a Ciência e a Cultura.

- CEPACIECC — Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano.

- CICYT - Comitê Interamericano para a Ciência e Tecnologia.

- PRDCT - Programa Regional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

ILDES — Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social.

CALAI — Conferência Latino-Americana de Autoridades em Informática.

FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.

CERESIS — Centro Regional de Sismologia para a América do Sul.

ALADI - Associação Latino-Americana de Integração.

CLAF - Centro Latino-Americano de Física.

CLAB - Centro Latino-Americano de Biologia.

CLAMI — Centro Latino-Americano de Matemática e Informática.

CLAQ — Centro Latino-Americano de Química.

BIRD — Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

IBI - Organização Intergovernamental para Informática.

CIEGB — Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia.

ICTP — Centro Internacional de Física Teórica.

Não-Governamentais

UNIÃO LATINA

ICSU - Conselho Internacional de Uniões Científicas.

IUCR - União Internacional de Cristalografia.

ICSTI - Conselho Internacional para Informação Técnica e Científica.

SCOR - Comitê Científico sobre Pesquisa Oceânica.

SCAR — Comitê Científico sobre Pesquisas Antárticas.

CODATA — Comitê sobre Dados para a Ciência e Tecnologia.

IAU — União Internacional Astronômica.

IUBS — União Internacional de Ciências Biológicas.

IUPAP - União Internacional de Física Pura e Aplicada.

IUPS - União Internacional de Ciências Fisiológicas.

IUPAC - União Internacional de Química Pura e Aplicada.

COSTED - Comitê sobre Ciência e Tecnologia em Países em Desenvolvimento.

IFSSO — Federação Internacional de Organizações de Ciências Sociais.

IFS — Fundação Internacional para Ciência.

IEA - Associação Econômica Internacional.

IFAC — Federação Internacional de Controle Automático.

ALACF - Associação Latino-Americana de Ciências Fisiológicas.

CINTERFOR - Centro Latino-Americano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional.

FID — Federação Internacional de Documentação.

FID/CLA — Comissão Latino-Americana da Federação Internacional de Documentação.